

NÍVEL MÉDIO - TARDE

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

PROVA 2 – AMARELA
A COR DA CAPA DA SUA PROVA É AMARELA. MARQUE A COR NO
SEU CARTÃO RESPOSTA.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além desta PROVA, você recebeu o seu CARTÃO RESPOSTA destinado à marcação das respostas das questões objetiva.
2. Confira se o seu número de inscrição, nome, data de nascimento e cargo de opção constam no seu CARTÃO RESPOSTA. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que este proceda o registro na ata de sala.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer de máscara** e absolutamente calado, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao sair da sala, no término da sua prova, **você deverá continuar de máscara e não poderá utilizar o banheiro.**
4. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre os conteúdos da prova. Cabe, única e exclusivamente, a você interpretar e decidir sobre as questões de sua prova.
5. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala, de máscara**, aguardando até que todos conclua a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
6. É obrigatória que você: preencha o cabeçalho desta prova, assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
7. Você deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da sua prova, por, no mínimo, 01 (uma) hora após o início da prova. Você somente poderá retirar-se da sala levando sua prova, nos últimos 60 (sessenta) minutos do horário determinado para o término da prova. A inobservância desses horários acarretará a eliminação do concurso.
8. A marcação correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão, que deverá ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois marcação de lápis não será considerada.
9. A marcação **INCORRETA DA COR DA CAPA DA SUA PROVA** no **CARTÃO RESPOSTA** é de sua inteira responsabilidade e **NÃO SERÁ CORRIGIDO.**
10. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
11. O CARTÃO RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
12. O saco plástico recebido para guarda do material deverá, obrigatoriamente, ser colocado embaixo de sua carteira. O descumprimento dessa medida implicará na sua eliminação, constituindo tentativa de fraude.

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2020 - CÂMARA MUNICIPAL DE MARABÁ

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 01 a 10.

Os pais devem consolar o seu filho ou deixar que ele se acalme sozinho? Maria Montessori nos orienta sobre isso.

01 Vivemos dias de pressa. A sobrecarga de tarefas e o infinito de
 02 informação nos fazem cada vez mais distanciados daqueles que amamos e,
 03 talvez, até mesmo daquilo que amamos em nós mesmos.

04 Os números alarmantes sobre a depressão e até suicídio de crianças
 05 nos faz duvidar do caminho que estamos trilhando, na administração de nossas
 06 emoções e das emoções de nossos filhos.

07 Não raro deixamos de lado o choro, as lamúrias, a tristeza dos nossos
 08 pequeninos. Para isso, valemo-nos não apenas da desatenção proveniente da
 09 pressa, como ainda de conceitos antigos e repetidos ao longo de gerações.
 10 Não querer deixar a criança “manhosa”, “mimada”, dando atenção a ela quando
 11 chora ou se desestabiliza emocionalmente é uma dessas formas de desprezo.

12 Acerca disso, aqui trouxemos uma reflexão de grande sabedoria da
 13 revolucionária pedagoga Maria Montessori:

14 *“Alguns pais têm diferentes princípios pedagógicos: não consolam a*
 15 *criança porque sabem por experiência que no final de contas ele vai parar de*
 16 *chorar e se acalmará sozinho. Acham que se intervierem com carícias e*
 17 *carinhos para confortá-lo vai se tornar caprichoso e acabará por tomá-lo por*
 18 *costume, com o único fim de obter atenção com cada birra. Eu respondo que*
 19 *todas as lágrimas sem motivo aparente, começam a aparecer muito antes que*
 20 *a criança possa perceber que com elas pode obter atenção. Essas lágrimas são*
 21 *o indício da angústia que sofre o seu espírito.”*

22 Saibamos antever a angústia e o sofrimento dos nossos filhos,
 23 acolhendo-os, afagando-os e amando-os de modo especial já nos primeiros
 24 indícios da sua tristeza. Essa será a base sólida sobre a qual a sua emoção se
 25 fortalecerá e florescerá!

Disponível em <https://www.revistapazes.com/os-pais-devem-consolar-os-seus-filhos-ou-deve-deixar-que-ele-se-acalme-sozinho-maria-montessori-nos-orienta-sobre-isso/>
 Acessado em 3/03/2020

01 O enunciado *A sobrecarga de tarefas e o infinito de informação nos fazem cada vez mais distanciados daqueles que amamos e, talvez, até mesmo daquilo que amamos em nós mesmos* (linhas 1 a 3), contém um exemplo de

- (A) pleonasma.
- (B) metáfora.
- (C) eufemismo.
- (D) elipse.
- (E) hipérbole.

02 Em *Acerca disso, aqui trouxemos uma reflexão de grande sabedoria da revolucionária pedagoga Maria Montessori* (linhas 12 e 13), a expressão *acerca disso* poderia ser substituída por

- (A) *contra isso.*
- (B) *além disso.*
- (C) *apesar disso.*
- (D) *sobre isso.*
- (E) *isso posto.*

03 A palavra sublinhada é conjunção em

- (A) *Não querer deixar a criança “manhosa”, “mimada”, dando atenção a ela quando chora ou se desestabiliza emocionalmente é uma dessas formas de desprezo* (linhas 10 e 11).
- (B) *Alguns pais têm diferentes princípios pedagógicos: não consolam a criança porque sabem por experiência que no final de contas ele vai parar de chorar e se acalmará sozinho* (linhas 14 a 16).
- (C) *Acham que se intervierem com carícias e carinhos para confortá-lo vai se tornar caprichoso e acabará por tomá-lo por costume, com o único fim de obter atenção com cada birra* (linhas 16 a 18).
- (D) *Acham que se intervierem com carícias e carinhos para confortá-lo vai se tornar caprichoso e acabará por tomá-lo por costume, com o único fim de obter atenção com cada birra* (linhas 16 a 18).
- (E) *Essa será a base sólida sobre a qual a sua emoção se fortalecerá e florescerá!* (linhas 24 e 25).

04 Em *Não querer deixar a criança “manhosa”, “mimada”, dando atenção a ela quando chora ou se desestabiliza emocionalmente é uma dessas formas de desprezo* (linhas 10 e 11), as aspas foram empregadas para destacar

- (A) discurso direto.
- (B) discurso indireto.
- (C) sentido denotativo.
- (D) sentido conotativo.
- (E) linguagem coloquial.

05 No texto **Os pais devem consolar o seu filho ou deixar que ele se acalme sozinho?** Maria Montessori nos orienta sobre isso, predomina a função

- (A) referencial.
- (B) emotiva.
- (C) apelativa.
- (D) poética.
- (E) fática.

06 De acordo com o texto, as pessoas têm se afastado de seus entes queridos porque

- (A) são altos os índices de depressão.
- (B) não administram suas emoções.
- (C) estão ocupadas em se atualizar.
- (D) o mundo atual as obriga a ter pressa.
- (E) se miram no exemplo dos mais velhos.

07 Para o autor do texto, não damos atenção à tristeza das crianças

- (A) quando elas choram.
- (B) com alguma frequência.
- (C) quando estamos deprimidos.
- (D) em raros momentos.
- (E) se estivermos assoberbados.

08 Segundo Maria Montessori, o choro frequente de uma criança

- (A) tem o objetivo de chamar a atenção dos adultos.
- (B) faz com que ela se habitue a atrair piedade.
- (C) pode ser indício de tendências depressivas.
- (D) é sinal de que não conhece seus sentimentos.
- (E) leva à incapacidade de resolver seus problemas.

09 A mensagem que o texto passa é a de que

- (A) cabe aos pais identificar a dor de seus filhos e ajudar a fortalecê-los.
- (B) os adultos devem reservar tempo para a convivência com crianças.
- (C) pais mais experientes têm maior sensibilidade para criar seus filhos.
- (D) a estabilidade emocional dos pais define o caráter de uma criança.
- (E) não se deve usar desculpas para ignorar o sofrimento dos pequenos.

10 A concordância não foi observada em

- (A) *A sobrecarga de tarefas e o infinito de informação nos fazem cada vez mais distanciados daqueles que amamos e, talvez, até mesmo daquilo que amamos em nós mesmos* (linhas 1 a 3).
- (B) *Os números alarmantes sobre a depressão e até suicídio de crianças nos faz duvidar do caminho que estamos trilhando, na administração de nossas emoções e das emoções de nossos filhos* (linhas 4 a 6).
- (C) *Não querer deixar a criança “manhosa”, “mimada”, dando atenção a ela quando chora ou se desestabiliza emocionalmente é uma dessas formas de desprezo* (linhas 10 e 11).
- (D) *Acham que se intervierem com carícias e carinhos para confortá-lo vai se tornar caprichoso e acabará por tomá-lo por costume, com o único fim de obter atenção com cada birra* (linhas 16 a 18).
- (E) *Saibamos antever a angústia e o sofrimento dos nossos filhos, acolhendo-os, afagando-os e amando-os de modo especial já nos primeiros indícios da sua tristeza* (linhas 22 a 24).

MATEMÁTICA

11 Na primeira edição de um livro, foram encomendados 3.500 exemplares, a um preço de custo de R\$ 12,50 cada um. Esses livros serão vendidos em várias livrarias do país, pelo mesmo preço em todas elas. Para que haja um lucro de R\$ 78.750,00, o valor de venda de cada livro deverá ser igual a

- (A) R\$ 25,00.
- (B) R\$ 27,50.
- (C) R\$ 35,00.
- (D) R\$ 37,25.
- (E) R\$ 40,00.

12 A biblioteca de uma escola recebeu 132 livros para recomposição de seu acervo, dentre os quais $\frac{1}{3}$ são de física. Dos demais livros, $\frac{1}{4}$ são de matemática, 10 são de química e o restante são de estatística. Em relação ao total recebido, a fração que os livros de estatística e química, juntos, representam, é igual a

- (A) $\frac{1}{2}$.
- (B) $\frac{3}{2}$.
- (C) $\frac{1}{4}$.
- (D) $\frac{5}{6}$.
- (E) $\frac{2}{3}$.

Texto para questão 13

As obras de conclusão do novo estádio municipal de Marabá estão orçadas em, aproximadamente, R\$ 7.320.000,00, com recursos provenientes de convênio entre a Prefeitura de Marabá e o Governo Federal (o recurso é dividido entre o Ministério do Esporte e da Caixa Econômica Federal).

Fonte: <https://maraba.pa.gov.br/esporte-obras-para-a-conclusao-do-novo-estadio-municipal-sao-retomadas/>
(adaptado)

13 Suponha que o valor orçado para conclusão da obra tenha sido dividido entre a Prefeitura, o Ministério do Esporte e a Caixa Econômica Federal, de forma inversamente proporcional a 30, 6 e 15, respectivamente. O valor correspondente à parte do Governo Federal é igual a

- (A) R\$ 915.000,00.
- (B) R\$ 1.830.000,00.
- (C) R\$ 2.745.000,00.
- (D) R\$ 5.490.000,00.
- (E) R\$ 6.405.000,00.

RASCUNHO

Texto para questão 14

Área gramada em um campo padrão FIFA

Segunda a FIFA, todas as partidas de futebol da 1ª divisão profissional, e de importantes jogos nacionais e internacionais, devem ser realizadas em campos de jogos, retangulares, medindo 105 m x 68 m. A região gramada deve ainda se estender por mais 5 metros de cada lado do campo de jogo.

14 Sabendo-se que a grama é vendida em rolos de 50 cm x 20 m, ao custo de R\$ 45,00 o rolo, o valor total pago pelo revestimento da região gramada de um estádio padrão FIFA é igual a

- (A) R\$ 35.773,00.
- (B) R\$ 38.600,00.
- (C) R\$ 40.365,00.
- (D) R\$ 42.720,00.
- (E) R\$ 47.000,00.

15 Uma pessoa comprou uma TV por R\$ 1.600,00, um sofá de quatro lugares por R\$ 1.455,00 e um ventilador por R\$ 224,00. Como o pagamento desta compra será feito em 3 parcelas iguais no cartão de crédito, o valor total da compra sofreu um acréscimo de 5%. O valor de cada parcela é igual a

- (A) R\$ 1.093,00.
- (B) R\$ 1.147,65.
- (C) R\$ 1.293,21.
- (D) R\$ 1.301,00.
- (E) R\$ 1.365,28.

16 Thiago fará um churrasco para um grupo de 15 pessoas, incluindo ele mesmo, e, em seu planejamento, ele considerou que cada pessoa consumirá, em média, 450 gramas de carne. Como medida de segurança, ele comprará 20% a mais de carne do que realmente é necessário. Nestas condições, a quantidade de carne que Thiago comprará é igual a

- (A) 4,3 kg.
- (B) 5,7 kg.
- (C) 6,4 kg.
- (D) 7,2 kg.
- (E) 8,1 kg.

Texto para questão 17

A Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) informa que de 11 de agosto a 14 de dezembro [de 2019], foram notificados 208 casos suspeitos de sarampo, dos quais 59 foram confirmados, 79 descartados e 70 ainda permanecem em investigação.

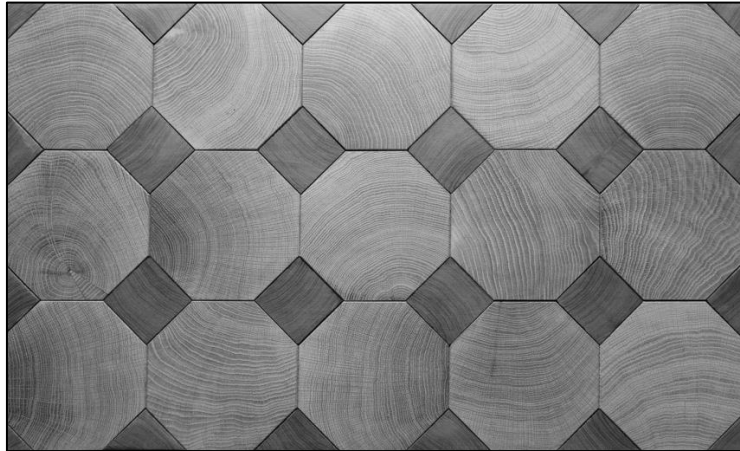
Fonte: <https://www.oliberal.com/para/mais-de-200-casos-de-sarampo-registrados-no-para-1.226455> (adaptado)

17 De acordo com o texto, o percentual de casos confirmados ou que permanecem em investigação é equivalente a aproximadamente

- (A) 17%.
- (B) 38%.
- (C) 62%.
- (D) 71%.
- (E) 83%.

RASCUNHO

18 Um mosaico foi utilizado para ornamentar o piso de um salão e é composto por três tipos de figuras geométricas, como mostra a imagem a seguir.



Os polígonos utilizados para construir o mosaico são

- (A) hexágonos, quadriláteros e triângulos.
- (B) pentágonos, quadrados e triângulos.
- (C) hexágonos, paralelogramos e pentágonos.
- (D) triângulos, losangos e octógonos.
- (E) quadrados, triângulos e heptágonos.

19 A Câmara de Vereadores de um município é composta por 16 mulheres e 12 homens, que serão divididos no maior número possível de comissões de tal forma que cada comissão tenha o mesmo número de membros. O número de membros em cada comissão é igual a

- (A) 8.
- (B) 7.
- (C) 6.
- (D) 5.
- (E) 4.

20 Um experimento foi realizado em uma universidade para analisar a evolução da altura de frangos ao longo do tempo e, assim, encontrar um modelo matemático para representar a curva de crescimento dos animais. Após um ano de observação, os pesquisadores modelaram a altura y dos frangos (em centímetros) em função do tempo t (em dias) e obtiveram a seguinte função:

$$y = 0,013t^2 + 0,045t + 11,98$$


Com este modelo, pode-se afirmar que, no 10º dia de observação, a altura dos frangos era de aproximadamente

- (A) 20,3 cm.
- (B) 18,9 cm.
- (C) 17,1 cm.
- (D) 13,7 cm.
- (E) 10,2 cm.

RASCUNHO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA



21 No navegador Mozilla Firefox versão 74.0 para Windows, o botão  permite

- (A) trabalhar offline.
- (B) diminuir o zoom da página.
- (C) ocultar a barra de ferramentas.
- (D) abrir o painel de downloads.
- (E) copiar o texto selecionado.

22 É possível citar como função básica de um sistema operacional:

- (A) Gerenciar a atualização de registros em um banco de dados.
- (B) Organizar o armazenamento de arquivos no disco rígido de um computador.
- (C) Controlar a edição de um texto.
- (D) Permitir o acesso de um usuário à Internet.
- (E) Realizar a compactação de arquivos.

23 Em um computador, correspondem, respectivamente, à placa-mãe, editor de texto, teclado, sistema operacional, navegador de Internet e memória secundária:

- (A) Hardware, software, hardware, software, software, hardware.
- (B) Hardware, software, hardware, hardware, software, software.
- (C) Software, hardware, software, hardware, software, hardware.
- (D) Software, software, hardware, hardware, software, software.
- (E) Hardware, software, hardware, software, software, software.

24 Sites buscadores são páginas WEB especializadas em realizar pesquisas sobre determinados conteúdos escolhidos pelo usuário na Internet. Um dos buscadores mais conhecidos e utilizados é o Google. Na página que exhibe os resultados da busca deste buscador, pode-se utilizar a opção *Ferramentas* para filtrar a pesquisa, nesta janela, o usuário tem a facilidade de

- (A) realizar a busca por faixa de preço.
- (B) acessar os vídeos mais populares da Internet.
- (C) filtrar a pesquisa por idioma e em uma data específica.
- (D) acessar as notícias mais atuais de um assunto.
- (E) visualizar as imagens do tema pesquisado.

25 O sistema que realiza a conexão entre o hardware e o sistema operacional no momento da inicialização do computador é chamado de

- (A) SETUP.
- (B) BIOS.
- (C) CMOS.
- (D) POST.
- (E) RAM.

26 Considerando atalhos no Microsoft Office Excel 2019 para Windows, julgue verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas a seguir.

- I. A tecla **F2** seleciona as referências de células em uma fórmula;
- II. A tecla de atalho **CTRL +** ; insere a data atual na célula selecionada;
- III. A tecla de atalho **ALT + =** insere a função de AutoSoma na célula selecionada.

A sequência correta é

- (A) I-F; II-F; III-F.
- (B) I-V; II-V; III-F.
- (C) I-F; II-V; III-V.
- (D) I-V; II- F; III-V.
- (E) I-V; II- V; III-V.

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2020 - CÂMARA MUNICIPAL DE MARABÁ

27 Uma empresa está analisando cinco projetos em potencial e os aceitará se a Margem aceitável for igual ou superior a 10%, conforme especificado na célula E2. Para gerar os resultados nas células C2 a C6, deve-se selecionar a célula C2, a seguir, selecionar o quadrado no canto inferior direito da célula e arrastar o cursor até a célula C6. A fórmula utilizada na célula C2 é

	A	B	C	D	E
1		Margem	Aceito ou Rejeitado		Margem aceitável
2	Projeto 1	10,5%	Aceito		10%
3	Projeto 2	9,3%	Rejeitado		
4	Projeto 3	11,1%	Aceito		
5	Projeto 4	8,2%	Rejeitado		
6	Projeto 5	3,7%	Rejeitado		

- (A) =SE(B2>=E2;"Aceito";"Rejeitado")
- (B) =SE(B2>=E\$2;"Aceito";"Rejeitado")
- (C) =SE(B2>=?E\$2;"Aceito";"Rejeitado")
- (D) =SE(B2>=\$E2;"Aceito";"Rejeitado")
- (E) =SE(B2>=E2\$;"Aceito";"Rejeitado")

28 O serviço da Microsoft que permite o armazenamento e compartilhamento de arquivos em nuvem é chamado de

- (A) Foxit Manager.
- (B) OneDrive.
- (C) EasyBox.
- (D) AirChest.
- (E) Google+.

29 Sobre a presença de vírus e outras ameaças em ambientes virtuais, o programa capaz de se propagar automaticamente por meio de várias estruturas de rede (como e-mail, compartilhamento de arquivos em redes locais etc...), enviando cópias de si mesmo de computador para computador, é chamado de

- (A) worm.
- (B) ransomware.
- (C) sniffer.
- (D) port scanner.
- (E) backdoor.

30 Uma das características da rede social Twitter, considerando o idioma Português, é o compartilhamento de mensagens de até

- (A) 100 caracteres.
- (B) 140 caracteres.
- (C) 280 caracteres.
- (D) 300 caracteres.
- (E) 320 caracteres.

RASCUNHO

TÉCNICO EM CONTABILIDADE - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31 A escrituração contábil consiste em uma técnica utilizada para registrar os fatos administrativos ocorridos em uma entidade. O registro desses fatos administrativos é chamado de lançamento e são efetuados em livros contábeis. Portanto, a escrituração contábil pode ser definida como um conjunto de lançamentos que findam em demonstrações contábeis. Em relação às fórmulas de lançamento que compreendem o processo de escrituração contábil, pode-se afirmar que

- (A) 1ª Fórmula: mais de uma conta debitada e mais de uma conta creditada.
- (B) 5ª Fórmula: uma conta debitada e uma conta creditada.
- (C) 4ª Fórmula: mais de uma conta debitada e uma conta creditada.
- (D) 3ª Fórmula: uma conta debitada e mais de uma conta creditada.
- (E) 2ª Fórmula: uma conta debitada e mais de uma conta creditada.

32 De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, o processo de depreciação consiste na alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil. A referida norma comenta que cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item deve ser depreciado separadamente. Para a determinação da vida útil de um ativo, o elaborador das demonstrações contábeis deve considerar alguns fatores. Portanto, conforme a NBC TG 27 (R4), não representa um destes fatores:

- (A) limites legais ou semelhantes no uso do ativo, tais como as datas de término dos contratos de arrendamento relativos ao ativo.
- (B) obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço derivado do ativo.
- (C) desgaste físico normal esperado, que depende de fatores operacionais tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparos e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso.
- (D) expectativa de benefícios econômicos futuros com a utilização ou alienação de um ativo imobilizado.
- (E) uso esperado do ativo que é avaliado com base na capacidade ou produção física esperadas do ativo.

33 Conforme o Art. 178 da Lei 6.404/1976, no Balanço Patrimonial, as contas serão classificadas conforme os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia. Portanto, conforme § 2º do Art. 178 da referida Lei, observadas as alterações incluídas pela Lei nº 11.941/2009, no passivo, as contas serão classificadas nos grupos: passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido. Portanto, não se considera uma das contas de patrimônio líquido conforme as alterações da Lei os/as

- (A) prejuízos acumulados.
- (B) reservas de capital.
- (C) reservas de reavaliação.
- (D) reservas de lucros.
- (E) ações em tesouraria.

34 Conforme a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (NBC TG Estrutura Conceitual) de 21 de novembro de 2019, os elementos das demonstrações contábeis que se referem à posição financeira da entidade que reporta são representados pelos ativos, passivos e patrimônio líquido. Em relação ao passivo, podemos afirmar que este elemento é definido como

- (A) uma redução no patrimônio líquido referente a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.
- (B) uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.
- (C) um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.
- (D) um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.
- (E) um aumento no patrimônio líquido referente a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

35 A Lei Complementar nº 101/2000 considera que há a necessidade de uniformização dos procedimentos de execução orçamentária no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Assim, conforme Portaria Interministerial nº 163/2001, para a uniformização dos procedimentos de execução orçamentária, torna-se necessário o uso da mesma classificação orçamentária de receitas e despesas públicas. O Art. 5º da referida Portaria determina que a estrutura da natureza da despesa a ser observada na execução orçamentária de todas as esferas de Governo será “c.g.mm.ee.dd”. Sobre essa estrutura, torna-se incorreto afirmar que:

- (A) “dd” representa o desdobramento, mandatário, no elemento de despesa.
- (B) “mm” representa a modalidade de aplicação.
- (C) “c” representa a categoria econômica.
- (D) “g” representa o grupo de natureza da despesa.
- (E) “ee” representa o elemento de despesa.

36 O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) aponta que a autorização legislativa para a realização da despesa constitui crédito orçamentário, o qual pode ser inicial ou adicional. O orçamento anual pode ser alterado por créditos adicionais, compreendidos como as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Portanto, de acordo com o Art. 41 da Lei nº 4.320/1964, considera-se como uma das classificações dos créditos adicionais com sua respectiva descrição

- (A) Suplementares: destinados a despesas urgentes e imprevistas, como no caso de calamidade pública.
- (B) Especiais: destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (C) Suplementares: destinados a despesas para as quais haja dotação orçamentária específica.
- (D) Extraordinários: destinados ao reforço de dotação orçamentária.
- (E) Especiais: destinados a despesas urgentes e imprevistas, como no caso de guerra.

37 A execução da despesa orçamentária, conforme previsto pela Lei nº 4.320/1964, se dá em três estágios, sendo eles: empenho, liquidação e pagamento. Conforme aponta o Art. 58 da referida Lei, o empenho compreende “o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”. Portanto, de acordo com o conteúdo da Lei nº 6.404/1964 referente ao estágio do empenho, pode-se afirmar que

- (A) o empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- (B) não é permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- (C) será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.
- (D) os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurienal, que tenham sido liquidados, serão computados como restos a pagar no penúltimo ano de vigência do crédito.
- (E) é vedada a realização de despesa sem prévio empenho em todos os casos previstos na legislação.

38 A dívida pública refere-se a todas as obrigações contraídas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados. A dívida pública é classificada em flutuante e fundada. A dívida flutuante compreende aquela contraída pela Administração Pública por um breve e determinado período de tempo, conforme Lei nº 4.320/1964. Segundo o Art. 92 da referida Lei, não compreende uma das modalidades de dívida flutuante os

- (A) débitos de tesouraria.
- (B) serviços da dívida a pagar.
- (C) restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- (D) compromissos de exigibilidade acima de doze meses.
- (E) depósitos.

39 O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), em sua última edição, prevê que no momento da contabilização do orçamento, deve-se registrar em contas orçamentárias o total da receita orçamentária prevista e da despesa orçamentária fixada por fonte/destinação de recursos. Na execução orçamentária, considerando o caso em que o ingresso do recurso financeiro coincida com o fato gerador da receita, o lançamento que deve ser realizado na natureza da informação orçamentária é constituído como:

- (A) D Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
C Variação Patrimonial Aumentativa
- (B) D Controle da Disponibilidade de Recursos
C Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)
- (C) D Crédito Disponível
C Crédito Empenhado a Liquidar
- (D) D Variação Patrimonial Diminutiva
C Passivo (F)
- (E) D Receita a Realizar
C Receita Realizada

40 As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) previstas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) têm como intuito a padronização da estrutura e das definições dos elementos que são reportados pelas DCASP. Estes padrões observados pelas DCASP devem ser seguidos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e visam permitir a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional. Portanto, de acordo com o MCASP em sua última edição, o Balanço Orçamentário demonstrará

- (A) as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.
- (B) as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.
- (C) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas.
- (D) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.
- (E) a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

41 O Capítulo II da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe sobre as Finanças Públicas correlatas à Administração Pública. Conforme o Art. 167 da referida constituição, e suas devidas alterações, não consiste em uma das proibições (vedações) referentes às Finanças Públicas

- (A) a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
- (B) a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- (C) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
- (D) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- (E) a realização de operações de capital que excedam o montante das despesas correntes, ressalvadas as autorizadas mediante créditos especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

42 A fim de fornecer diretrizes norteadoras básicas, com vistas a dar estabilidade e consistência às práticas orçamentárias, os princípios orçamentários visam atribuir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público, conforme aponta o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). Portanto, de acordo com os princípios orçamentários contidos no MCASP, afirmar-se que o Princípio da Universalidade

- (A) determina a existência de vários orçamentos para cada um dos entes federados com a finalidade de se obterem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.
- (B) delimita que o exercício financeiro orçamentário coincidirá com o exercício civil.
- (C) determina ao governo divulgar o orçamento público de forma ampla à sociedade.
- (D) determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas públicas.
- (E) delimita que as receitas e despesas contidas na LOA sejam registradas pelo seu valor total líquido.

43 Conforme o Art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal – LRF), “a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência”. Portanto, a renúncia de receitas, conforme o § 1º do Art. 14 da LRF, compreende

- (A) anistia, remissão, subsídio, crédito concedido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique aumento discriminado de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- (B) anistia, remissão, subsídio, crédito concedido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota de base de cálculo que implique redução discriminada de impostos ou taxas, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- (C) anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- (D) anistia, punição, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, modificação de base de cálculo que implique aumento discriminado de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- (E) anistia, punição, subsídio, crédito concedido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique aumento discriminado de impostos ou taxas, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

44 De acordo com o Art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa obrigatória de caráter continuado é compreendida como “despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios”. Sabe-se que a despesa total com pessoal, como uma das modalidades de despesas continuadas, não poderá exceder certos percentuais da receita corrente líquida, em cada período de apuração. Sobre os limites da despesa total com pessoal estabelecidos na referida Lei, pode-se afirmar que a despesa total com pessoal não poderá exceder

- (A) 50% da receita líquida corrente dos Municípios.
- (B) 60% da receita líquida corrente dos Estados.
- (C) 30% da receita líquida corrente da União.
- (D) 70% da receita líquida corrente dos Municípios.
- (E) 40% da receita líquida corrente da União.

RASCUNHO

45 A Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Conforme § 1º da referida Lei, a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, a fim de prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Isso deve ocorrer por meio do cumprimento de metas e resultados entre receitas e despesas e à obediência a limites e condições relativos às operações de crédito. Sobre as operações de crédito, pode-se afirmar que

- (A) as operações de crédito, por antecipação de receita, realizadas por Estados ou Municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.
- (B) o montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- (C) os recursos públicos de operações de crédito poderão ser utilizados para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.
- (D) as operações de crédito deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da receita pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de devedor.
- (E) as operações de crédito consistem em compromissos financeiros assumidos em razão de valores provenientes da compra de bens e mercadorias a prazo, arrendamento mercantil e outras operações semelhantes, inclusive com o uso de aplicações financeiras.

46 De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu Art. 70, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. O controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, que possui diversas competências. Portanto, não consiste em uma das competências do Tribunal de Contas:

- (A) a fiscalização das contas contábeis das empresas nacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta, nos termos do tratado constitutivo.
- (B) a apreciação das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- (C) a fiscalização da aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- (D) a aplicação aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- (E) a prestação das informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.

47 A Lei nº 4.320/1964 determina que o exercício financeiro deve coincidir com o ano civil e, portanto, ao exercício financeiro pertencem as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. As despesas que são empenhadas, mas não pagas até o último dia do ano civil (ou 31 de dezembro) são consideradas como *Restos a Pagar*, os quais são divididos em processados e não processados. Acerca dos Restos a pagar, conforme aponta o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), pode-se afirmar que os restos a pagar

- (A) não processados compreendem as despesas liquidadas e pagas antecipadamente no exercício financeiro.
- (B) processados compreendem as despesas liquidadas e não pagas no exercício financeiro.
- (C) processados compreendem as despesas não liquidadas e pagas no exercício financeiro.
- (D) não processados compreendem as despesas liquidadas e não pagas no exercício financeiro.
- (E) processados compreendem as despesas liquidadas e pagas no exercício financeiro.

48 Conforme aponta a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro emitido mediante Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG Estrutura Conceitual de 2019), a entidade que reporta é a entidade que é obrigada a, ou decide, elaborar demonstrações contábeis. Assim, o objetivo das demonstrações contábeis consiste em fornecer informações financeiras sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade que reporta. Portanto, conforme a NBC TG Estrutura Conceitual de 2019, pode-se afirmar que Patrimônio Líquido é participação residual

- (A) nas receitas da entidade após a dedução de todas as suas despesas.
- (B) nos passivos da entidade após a dedução de todos os seus ativos.
- (C) nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.
- (D) dos ativos da entidade após a dedução de todas as suas despesas.
- (E) participação residual nas despesas da entidade após a dedução de todas as suas receitas.

49 As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas com vistas a atender as necessidades dos usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Portanto, as demonstrações contábeis possuem a finalidade de satisfazer as necessidades comuns da maioria dos seus usuários, uma vez que estes necessitam tomar decisões econômicas sobre os eventos reportados pela contabilidade. Portanto, conforme a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (NBC TG Estrutura Conceitual), em sua última revisão, os *principais usuários*, isto é, aqueles a quem se destinam os relatórios para fins gerais, são:

- (A) administradores, analistas de mercado e credores potenciais.
- (B) investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais.
- (C) credores por vendas a prazo e outros credores, existentes e potenciais.
- (D) investidores e credores por empréstimos existentes.
- (E) credores por vendas a prazo e outros credores potenciais.

50 Os atos administrativos são considerados como atos da gestão que não provocam alterações nos elementos pertencentes ao patrimônio de uma entidade; enquanto que os fatos administrativos são àqueles que provocam alterações nos elementos das demonstrações contábeis, sendo que estes últimos são de interesse da contabilidade, denominados como fatos contábeis. Os fatos contábeis são divididos em: fatos permutativos, fatos modificativos e fatos mistos. Em relação aos fatos permutativos, podemos afirmar que estes podem provocar

- (A) aumento em contas de ativo e aumento em contas de passivo simultaneamente.
- (B) aumento em contas de ativo e aumento em contas de patrimônio líquido simultaneamente.
- (C) aumento em contas de passivo e redução em contas de patrimônio líquido simultaneamente.
- (D) redução em contas de passivo e aumento em contas de patrimônio líquido simultaneamente.
- (E) redução em contas de ativo e redução em contas de patrimônio líquido simultaneamente.

RASCUNHO